

MONOGRAFIAS DO CEJ



O equilíbrio entre meio ambiente saudável e desenvolvimento sustentável

Carmen Silvia Lima de Arruda



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal
Centro de Estudos Judiciários

Copyright © Conselho da Justiça Federal

É autorizada a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte.

As opiniões expressas pelos autores não são necessariamente reflexo da posição do Conselho da Justiça Federal.

EQUIPE EDITORIAL

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

Ministro Raul Araújo

Diretor

Jaqueline Aparecida Correia de Mello

Secretária

DIVISÃO DE EDITORAÇÃO DO CEJ

Milra de Lucena Machado Amorim

Diretora

Ariane Emílio Kloth

Chefe da Seção de Edição e Revisão de Textos

Luciene Bilu Rodrigues

Servidora da Seção de Edição e Revisão de Textos

Dulcinéia Mendes dos Santos

Servidora da Seção de Edição e Revisão de Textos

Helder Marcelo Pereira

Chefe da Seção de Programação Visual e Arte-Final

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Seção de Serviços Gráficos da Secretaria de Administração do CJF

1147481

A779e Arruda, Carmen Silva Lima de.

O equilíbrio entre o meio ambiente saudável e o desenvolvimento sustentável / Carmen Silva Lima de Arruda. – Brasília, DF: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2017.

199 p. – (Série monografias do CEJ ; v. 28).

ISBN: 978-85-8296-021-9

1. Desenvolvimento sustentável, aspectos constitucionais. – 2. Direito ambiental. – 3. Usina hidroelétrica de Belo Monte. – 4. Políticas públicas. 5. Direitos e garantias individuais. – I. Título. – II. Série.

CDU 349.6

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS – MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL E DESENVOLVIMENTO.....	23
1.1 Princípios constitucionais fundamentais.....	23
1.1.1 Princípio do Estado Democrático de Direito.....	24
1.1.2 Dignidade da pessoa humana.....	25
1.1.3 Mínimo existencial	28
2 MEIO AMBIENTE x DESENVOLVIMENTO	31
2.1 Meio ambiente equilibrado e saudável – um direito de terceira geração.	32
2.1.1 A evolução histórica da noção de meio ambiente equilibrado	37
2.1.2 Direito constitucionalmente protegido pelo ordenamento jurídico brasileiro.....	43
2.1.3 Evolução da legislação ambiental no Brasil	46
2.1.4 Ibama e ICM-BIO	53
2.1.5 Os princípios do direito ambiental	55
2.2 Desenvolvimento nacional	68
2.2.1 Desenvolvimento como direito humano	74
2.2.1.1 Desenvolvimento sustentável	75
2.2.1.2 Princípios do desenvolvimento sustentável.....	77

3. COLISÃO DE PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	81
3.1 Regras e princípios.....	85
3.1.1 Critério de superação do estado de tensão entre valores constitucionalmente relevantes.....	87
3.1.2 Sopesando os princípios	90
3.1.3 Emprego dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	92
3.1.3.1 Princípio da razoabilidade.....	93
3.1.3.2 Princípio da proporcionalidade	95
3.1.4 Metodologia da ponderação	97
3.2 Aplicação da teoria da ponderação ao direito brasileiro.....	99
3.3 Críticas à utilização da teoria da ponderação.....	103
4. SOLUCIONANDO OS CONFLITOS ENTRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	107
4.1 Das políticas públicas.....	110
4.1.1 Políticas públicas ambientais e de desenvolvimento	114
4.2 Do processo administrativo.....	116
4.2.1 Do aperfeiçoamento do procedimento administrativo ...	118
4.2.2 As agências governamentais	120
4.2.3 Do desenvolvimento de agências administrativas nos EUA	124
4.2.4 Do devido procedimento administrativo legal.....	125
4.2.5 Deferência (<i>Deference</i>)	127
4.2.6 Doutrina da deferência administrativa – caso Chevron...	128
4.2.6.1 Teste de racionalidade (<i>rational basis test</i>)	130
4.2.6.2 Aplicação da deferência pelo Judiciário brasileiro...	132
4.3 Utilização de métodos alternativos de solução de conflitos.....	135

4.4	Da possibilidade de revisão judicial (<i>judicial review</i>).....	136
4.4.1	Autocontenção judicial.....	139
4.4.2	Ação civil pública	142
4.5	Especialização de varas ambientais nos Tribunais Regionais Federais.....	144
4.6	Internacionalização dos conflitos	147
5.	ESTUDO DE CASO: USINA HIDROELÉTRICA BELO MONTE.....	153
5.1	A crise energética brasileira.....	153
5.2	Projeto da Usina Hidroelétrica de Belo Monte	155
5.2.1	Batalha judicial.....	157
5.2.2	Recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos	162
5.2.3	Licenciamento para início de operação.....	167
6.	CONCLUSÕES	169
	REFERÊNCIAS	173